

ENTRE MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO: HISTÓRIAS EM CONSTRUÇÃO*.

Diogo da Silva Roiz**

Resumo

Infer-se, neste artigo, que houve tentativas de construção de uma ‘memória coletiva’ sobre a fundação da Universidade de São Paulo. Notou-se que a organização dos cursos da FFCL/USP esteve articulada sobre um projeto político e intelectual de formação de profissionais tanto para os níveis ‘primário’ e ‘secundário’, quanto para o nível superior.

Palavras chave: *memória coletiva; discurso fundador; formação profissional; Faculdade de Filosofia.*

Abstract:

Had a try to beuld a ‘coletive memory’ about the fundation of the São Paulo University. The organization of the FFCL/USP courses was connecting with a political and intellectual project. This project wonted to degree professionals in miany levels.

Key words: *coletive memory; discurse; professional; Philosophy College.*

Definindo-se como órgão de formação de professores para o ensino secundário e de pesquisadores profissionais para o ensino superior, versados em áreas específicas do conhecimento, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, constituía-se como a principal instituição da Universidade de São Paulo, criada em 1934, segundo parte de seus fundadores¹.

Nesse sentido, a hipótese que acompanha esta análise é que se procurava elaborar um discurso específico sobre a fundação da instituição, principalmente por parte do grupo que a organizou, dispondo-o em momentos comemorativos (como formaturas, aulas inaugurais e conferências), e almejando-se estabelecer uma ‘memória coletiva’² sobre os acontecimentos que viabilizaram a fundação da universidade. Embora a forma de recepção daquele discurso fosse variada entre alunos e professores, supôs-se que, entre os anos 30 e 50, tentava-se viabilizá-lo para diferenciar a Faculdade de Filosofia de instituições similares criadas no período, como a Escola Livre de Sociologia e Política, fundada em 1933 (LIMONGI, 1989, pp. 217-33). Procuravam também definir uma identidade para a instituição, no interior da universidade. Supôs-se que a justificativa para tais propostas decorria, de um lado, do momento em que foi fundada a universidade, e de outro, da maneira como foram organizadas as faculdades. As faculdades que fizeram parte da organização institucional, representada na forma da Universidade de São Paulo, já contavam com uma história particular, porque foram criadas separadamente, no século XIX, para a formação de profissionais em áreas práticas – como a Medicina, a Engenharia e o Direito³.

Dos Projetos de fundação a criação da Universidade de São Paulo.

A história do ensino universitário brasileiro tem demonstrado que iniciativas para a criação de faculdades e universidades no país – com exceção do projeto educacional dos jesuítas (DA CÁS, 1996) – não foram anteriores a instalação da família real portuguesa em sua colônia, no ano de 1808⁴. E, assim, seria do “conhecimento de todos que a educação superior foi instalada (...) de uma forma isolada e desarticulada dos níveis e graus, como decorrência da necessidade de formação de quadros” (NADAI, 1983, p. 3). Embora pareça facilmente convincente esta interpretação, porque, evidentemente, representa uma análise cuidadosa sobre o assunto, na verdade acaba, senão por desconsiderar outros caminhos, no mínimo a reduzir a complexidade do processo.

O contexto social no qual foi criada a Universidade de São Paulo talvez seja representativo para justificar o apontamento acima. Porque pensar a criação de uma universidade no Estado de São Paulo esteve relacionado às discussões da Câmara dos Deputados e permaneceu na pauta de vários intelectuais, desde, pelo menos, o final do século XIX. A primeira tentativa de implantação de uma universidade, chamada Universidade de São Paulo, ocorreu nos anos 1910, com caráter particular e não público. Por diversos motivos a iniciativa foi criticada e não se desenvolveu: faltavam alunos e em algumas cadeiras não havia professores (NADAI, 1987). Porque também, entre as décadas de 1930 e 1950, procurava-se ainda definir a identidade da instituição, criada em 1934, agora com caráter público. Evidentemente, muitas universidades foram criadas nesse período.

Em 1930 havia no país duas universidades em funcionamento: a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920 por decisão do governo federal, e a Universidade de Minas Gerais, formada em 1927, como realização do governo desse estado. Além delas, foram criadas mais três após a reforma de 1931: a Universidade do Rio Grande do Sul que obteve o seu reconhecimento em 1934; a Universidade de São Paulo (USP), formada em 1934, durante o governo de Armando de Salles Oliveira e a Universidade do Distrito Federal (UDF), organizada por Anísio Teixeira em 1935, quando Pedro Ernesto era prefeito do Rio de Janeiro. Tanto na USP quanto na UDF, existia uma FFCL (GOMES, 2002, p. 421).

Mas o que nos interessa é demonstrar que os protagonistas participantes na criação da Universidade de São Paulo, para justificarem a fundação da instituição, procuraram cobrir toda a história nacional, com vistas a reconstituir o processo histórico, segundo seus próprios fins. Para alcançarem esses objetivos, entretanto, foram obrigados, inevitavelmente, a indicarem os momentos decisivos, em que projetos de criação de universidades foram pensados no Brasil e as razões que promoviam a dissolução daquelas iniciativas. As formaturas foram, assim, momentos propícios para celebrarem a realização de um projeto e, com isso, se aproveitar à ocasião para formularem um ‘discurso fundador’ sobre os acontecimentos que dariam margem à execução das iniciativas que resultariam na criação de uma universidade no Estado de São Paulo.

Assim, para aqueles protagonistas uma pergunta talvez tenha sido crucial: quais as condições que possibilitaram a criação da Universidade de São Paulo na década de 1930?

Sem dúvida esse questionamento (como outros similares) serviu de base para que Júlio de Mesquita Filho e Fernando de Azevedo construíssem um relato convincente sobre a fundação da instituição, entre as décadas de 1930 e 1950, a partir da repetição de um discurso proliferado, em especial, nos momentos comemorativos da instituição. Para ambos⁵, o fato de ter sido convocado, em 1933, Armando de Salles Oliveira⁶ (aquela altura cunhado de Júlio de Mesquita Filho e diretor de o jornal ‘O Estado de S. Paulo’), como interventor do Estado de São Paulo, a convite de Getúlio Vargas, então presidente da república, foi-lhes decisivo na viabilização do projeto que daria o formato da futura universidade.

Mas se foram àquelas circunstâncias precisas que favoreceram a execução do empreendimento, o projeto que deu forma a iniciativa, por outro lado, era fruto das discussões efetuadas pela intelectualidade paulista, desde, pelo menos, a década de 1920.

Na década de 20, enquanto Júlio de Mesquita era ainda diretor-presidente de *O Estado de S. Paulo*, Júlio de Mesquita Filho era secretário do jornal (cargo que assumiu em 1921) e Francisco Mesquita, seu irmão, gerente. Os redatores principais eram Nestor Rangel Pestana e Júlio de Mesquita Filho. Armando de Salles Oliveira já era um dos diretores da Sociedade Anônima desde 1914, ao lado de Júlio Mesquita, pai. Com a morte deste, em 1927, Armando de Salles Oliveira tornou-se presidente da empresa e Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal. São redatores, nesta época, Plínio Barreto, Paulo Duarte, Léo Vaz, Amadeu Amaral e Vivaldo Coaracy. Fernando de Azevedo ingressou na redação em 1923, permanecendo até 1926 (CARDOSO, 1982, p. 43).

Para Irene Cardoso (1982), que inventariou uma parte daquelas discussões, as relações da intelectualidade se mantinham presentes principalmente a partir da imprensa periódica, naquele momento centralizada em São Paulo, no grupo de ‘O Estado’⁷. Segundo ela com a obra de Fernando de Azevedo *A crise nacional*, publicada originalmente em 1925, que as discussões sobre a universidade se revigoravam. Porque a obra foi à pioneira de um conjunto de outras que discutiriam a necessidade de criação no país, de centros de ensino e pesquisa nos mais variados ramos do conhecimento.

Para o ‘O ESP’ as causas dos problemas políticos com que se defrontava a Nação (...) residiam na ausência das ‘elites intelectuais’ e a superação desses problemas só se poderia conseguir mediante o forjamento de uma nova elite à altura das necessidades do país (...) na perspectiva de ‘O ESP’ um dos fatores determinantes do caos político do país residia precisamente na ausência de uma *elite intelectual*, capaz de compreender os problemas de sua época e de dar a eles solução adequada. O preenchimento desse ‘vazio intelectual’ foi a tarefa que ‘O ESP’ reservou às *universidades*, por cuja criação desencadeou intensa campanha (...) O projeto inicial de Júlio de Mesquita Filho previa a criação de três universidades – uma ao norte, outra no centro e a terceira no sul – que seriam responsáveis pela transformação da mentalidade brasileira. Foi em função desse plano que se fundou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da atual Universidade de São Paulo (...) Assim, a formação de ‘elites intelectuais’, capazes de discernir e equacionar os problemas brasileiros, liga-se ao desenvolvimento da consciência nacional e à própria elaboração da cultura do país. O papel que lhes era reservado, no plano político e cultural, revestia-se de suma importância, de vez que ‘O ESP’ entendia que as soluções para os intrincados problemas nacionais deveriam brotar da educação. Mesmo quando afastados do contato direto com as coisas da política, caberia a esses intelectuais – a partir da imprensa, da cátedra ou da literatura – formar e dirigir a massa inculta, forjando a ‘opinião pública’, esteio sobre o qual se assentava, na concepção do jornal, o destino político da nação (PRADO, 1974, pp. 98-101).

Quando ingressava no jornal ‘O Estado de S. Paulo’, já conhecendo Júlio de Mesquita Filho, Fernando de Azevedo organizaria, três anos depois, um inquérito sobre a educação (também a pedido de Júlio de Mesquita Filho), publicado na íntegra no jornal em 1926, com o objetivo de verificar a situação da educação pública paulista, circunstanciar as relações entre educação e política e demonstrar que ao Estado caberia a promoção da educação. Nesse sentido, segundo Irene Cardoso, a universidade “teria basicamente duas funções dentro da sociedade: formação do professorado secundário e superior e, ‘função superior e inalienável’, formação, isto é, preparo e aperfeiçoamento das classes dirigentes” (CARDOSO, 1982, pp. 29-30). Neste ponto, Jorge Nagle observa de forma semelhante à questão. Para ele no inquérito se acentuava a “tríplice função dos estabelecimentos universitários, ‘de elaborar, ensinar e divulgar as ciências’ (...) ao (...) regime universitário atribuíam-se tarefas de suma importância: o preparo das classes dirigentes (...) a formação do professorado secundário e

superior – problema importante devido ao autodidatismo reinante – e o desenvolvimento de uma obra nacionalizadora da mocidade – núcleo para o qual convergem os problemas da universidade e da sociedade” (NAGLE, 1976, p. 134).

A aproximação dos autores se deve ao fato de o inquérito ter sido proposto como parte integrante das ações do grupo de ‘O Estado’⁸. A ação daqueles protagonistas pode ser mais bem analisada quando comparados seus discursos de paraninfos na universidade. Em seu discurso como paraninfo da primeira turma da Faculdade de Filosofia, na cerimônia realizada a 25 de janeiro de 1937, junto à comemoração do aniversário da cidade de São Paulo, Júlio de Mesquita Filho⁹ ressaltaria a precariedade dos níveis de ensino ‘primário’ e, principalmente, ‘secundário’. Para ele, proporcionada pela falta de pessoal qualificado para atender as necessidades de formação de uma ‘cultura geral’ nos alunos, e pela falta de salas e escolas para atender ao público crescente de crianças em idade escolar. A universidade, portanto, cumpriria um papel fundamental na formação de quadros. Mas para Júlio de Mesquita Filho esse papel se desdobraria na elevação cultural dos alunos, na medida em que fossem conscientizados da tarefa na qual estavam ligados, quando fossem ao encontro dos pais com a função de esclarecê-los sobre o lugar do Estado de São Paulo na ‘nação brasileira’.

Quando, em 1945, foi novamente paraninfo de outra turma de formandos, Júlio de Mesquita Filho lembraria que não “vos terá passado (...) despercebida a importância que vimos emprestando em nossa exposição ao ensino secundário. É que formamos da universidade um conceito integral. Concebemo-la como um todo orgânico, que, acompanhando o adolescente nos bancos ginasiais, só o restitui a sociedade, completada a sua formação intelectual, após os cursos do chamado ensino superior. Qualquer distinção fundamental que se pretenda estabelecer entre as duas fases do processo educativo não encontraria base na natureza essencial do sistema. E era o que sempre tivemos em vista ao estabelecer as linhas mestras do plano primitivo da nossa Universidade.” Para ele os órgãos “em que se subdividiriam o organismo na sua totalidade, seria uma resultante das necessidades da nação, das suas aspirações culturais, respeitadas, é claro, e como acabais de ver pelo que já ficou dito, as nossas tradições” (MESQUITA FILHO, 1969, pp. 184-85). Tarefa semelhante foi incluída na fala de Fernando de Azevedo¹⁰, na cerimônia de formatura realizada em 1950. Assim, indicando que a repetição e a proximidade de objetivos faziam parte de um projeto em comum defendido tanto por Júlio de Mesquita Filho, quanto por Fernando de Azevedo. Para ambos o papel de Armando de Salles Oliveira foi fundamental não apenas na construção da universidade, mas também no desenvolvimento da instituição.

O próprio Armando de Salles Oliveira avaliaria sua intervenção no Estado diante da Assembléia Legislativa de São Paulo, em 1937, da seguinte maneira:

O ensino é hoje, em São Paulo, um aparelhamento complexo, que vae das formas rudimentares adaptadas aos meios ruraes á organização grandiosa de sua Universidade (...) A escola e o voto são as armas das democracias – serão as grandes armas do Brasil. No governo de São Paulo, disseminei escolas e respeitei o voto. Por isso, ainda que não tivesse realizado as obras que realizei, teria feito um genuíno governo para o povo¹¹.

Em discurso pronunciado no Theatro Municipal de Belo Horizonte, a 16 de agosto de 1937, acrescentaria as suas realizações que:

Nunca será demais repetir que as universidades, qualquer que seja o lugar do paiz em que se ergam, devem ser criadas para exercer sua influencia, não sobre uma região, mas sobre toda a nação. Essas instituições, que não podem subsistir sem um sólido systema de educação secundaria, têm o objetivo de cultivar as sciencias, ajudar o progresso do espírito humano e dar á sociedade elementos para a renovação incessante de seus quadros scientificos, culturaes, technicos e políticos¹².

Muitos anos depois Antônio Candido de Mello e Souza assim se lembraria daquele momento:

A Universidade (...) nasceu realmente de um projeto político de setores esclarecidos da classe dominante, e seu idealizador, a pessoa que mais lutava, que mais tinha vontade de que houvesse uma Universidade em São Paulo, foi Júlio de Mesquita Filho. Isso foi possível quando o cunhado dele, Armando Salles de Oliveira, se tornou interventor federal, quer dizer, o homem que dirigia o Estado. Tendo os instrumentos políticos na mão, os referidos setores esclarecidos das classes dirigentes de São Paulo realizaram o projeto da Universidade, que acarretou a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Júlio de Mesquita Filho disse mais de uma vez que eles desejavam que São Paulo, derrotado pelas armas em 1932, recuperasse a sua força através da cultura. É curioso que, numa espécie de paranóia de classe, ele compara a situação de São Paulo com a situação da França depois de derrotada pela Alemanha em 1870, como se fosse um país. Acho que esta é a versão mais próxima da realidade: um projeto político, a fim de equipar o Estado com os instrumentos culturais necessários para ele assumir em nível elevado a liderança da Federação (MELO E SOUZA In: FREITAS, 1993, pp. 35-6).

A participação de Armando de Salles Oliveira, entretanto, não era vista com tamanha contribuição por outros protagonistas, seja na efetivação do projeto de criação da universidade no Estado, seja quanto a melhoria e a expansão dos níveis de ensino.

Alfredo Ellis Júnior, por exemplo, então Deputado da Câmara Estadual e vinculado ao Partido Republicano Paulista (o PRP), observava da seguinte forma a sua intervenção no Estado: "... a administração do sr. Armando de Salles Oliveira fez crescer a dívida interna consolidada e a dívida interna flutuante, as quaes subiram nas proporções phantasticas de 200 e 300%, crescendo egualmente em proporções formidáveis a dívida externa, em virtude da queda do câmbio, ao qual ainda estamos amarrados na nossa vida financeira."¹³

Não era apenas uma disputa partidária. Alfredo Ellis Júnior se diferenciava do grupo de 'O Estado' também sob a análise do processo. Para ele o "dr. Armando de Salles Oliveira, quando era Interventor, em 1935, para 'fazer bonito' para os outros Estados brasileiros em propaganda da sua futura candidatura á Presidência da República [depois cancelada, por causa do golpe de 1937], creou, de uma só vez 1.024 (...) escolas públicas. Mal sabem os nossos ilustres patrícios que essa proeza foi feita com grande sacrifício para o misero professor paulista, á custa da reduçção dos seus minguados vencimentos de rs. 400\$000 para 300\$000 no Estado que se diz o 'leader' da Federação. Introduziu no magistério (...) a famosa classe de estagiários que não têm direito a cousa alguma na vida."¹⁴ Alfredo Ellis Júnior, antes de eleito deputado, era professor secundário de *História da Civilização* em colégios da cidade de São Paulo. Ressaltava corriqueiramente sua trajetória nas sessões da Câmara. Manifestava abertamente seu 'orgulho' em 'ser paulista' e "...desde 1935 que venho dizendo em successivos discursos, que o nosso magno objectivo na guerra de 1932 foi tirar uma satisfação contra a oppressão que a dictadura (...) baixava sobre nós, desde 1930 (...) queríamos lavar a nossa cara! (...) Queríamos nos reabilitar perante nós mesmos (...) outro objectivo era a conquista do regimen constitucional. Elle nos daria a autonomia que nos fôra arrancada em 1930 naquella tragédia que se iniciava soturnamente (...) quer por meio da palavra quer por meio das armas"¹⁵

Esse quadro nos leva inevitavelmente a questionar como esses discursos foram recebidos e interpretados por outros protagonistas no período, principalmente aqueles que estiveram próximos à universidade. Na maioria dos casos notou-se que esses discursos eram pouco conhecidos. Eram discutidos apenas quando os protagonistas os haviam escutado. No caso destes, porém, as indagações não ficavam tão somente sobre o que permitiu a criação da instituição, mas se desdobravam em: qual a história do ensino superior brasileiro e o que o

diferenciava de outros países? Porque a criação de universidades no Brasil foi tardia? E, finalmente, como deveria ser pensado o papel das universidades no país?

Verificou-se que nem sempre eram conhecidos os discursos de um paraninfo para outro. Mesmo no que dizia respeito ao conhecimento da publicação de obras de um para o outro, que se davam, em geral, fora da universidade, os discursos tocavam pouco (e na maioria das vezes nada) no assunto. Por exemplo, Ernesto de Souza Campos, professor de ensino superior durante vários anos, foi convocado pela turma de formandos de 1938 a ser o paraninfo, convite a que concordou de imediato. Em sua fala alertava que não se devia apenas viver do passado, mas pensar caminhos para o futuro. Embora as Faculdades de Filosofia estivessem cumprindo seu papel ao formarem “professôres para o magistério secundário”, o campo da pesquisa acadêmica estava pouco desenvolvido, contando ainda com o “intercâmbio científico com o estrangeiro” para colher seus frutos. A Universidade de São Paulo não era a mais antiga no país “mas ocupava excelente posição entre as suas congêneres brasileiras (...) ela não se limitou, na sua formação, a um simples agrupamento de escolas superiores. Com ela se criou o núcleo fundamental que é esta Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.”¹⁶ Assim, considerava importante observar a experiência de outros países.

Harvard [nos EUA] já celebrou o seu terceiro centenário. Vem de 1636. Conta hoje a América do Norte 81 grandes Universidades em uma percentagem de 21% sobre as 356 existentes no globo. Em relação à população, tem uma para cada 1.628.000 habitantes. É o país mais rico em Universidades. São também bem antigas as outras Universidades da América. Entre as 14 do Canadá, a mais velha vem de 1800, datando a mais moderna de 1912. No México, a ‘Universidad Nacional’, criada com a denominação de real e pontifícia, em 1553, foi renovada em 1910, tornando-se autônoma em 1922. Das cinco Universidades argentinas, a mais antiga, que é a de Córdoba, formou-se ainda sob o domínio de Espanha. A de Bogotá, na Colômbia, vem de 1622; a de Quito, no Equador, de 1640. Santiago, no Chile, marca a sua fundação de 1838; Montevideú, de 1849. Mesmo nas repúblicas que resultaram da fragmentação política da América Central, são antigas as Universidades. A de Guatemala, fundada pelo Supremo Conselho das Índias, tem sua origem em 1675; a de Honduras provém de 1847. (...) Fora da América, outros países, novos como o nosso, cuidaram destas instituições desde épocas remotas. Sidney começou em 1850, Melbourne, três anos depois, Adelaide, em 1874. Na Nova Zelândia a mais antiga é de 1869. Na África do Sul elas se instalaram desde 1881. O Brasil, com seus 40 milhões de habitantes, só cogitou deste assunto em 1920. Entre os países da América foi o último a tratar deste problema. Por isso, hoje só temos 4 Universidades, quando a Argentina, com 13 milhões, tem cinco, o Canadá, com 9 milhões, 13, a Austrália, 6 para os seus 6 milhões e meio de habitantes e a Nova Zelândia, 3 para uma população de 1 milhão e quinhentos mil¹⁷.

Em seu exame, Ernesto de Souza Campos, comparava a situação do Brasil com a de outros países. Inferia que aqui as universidades ainda não haviam tido a devida atenção, como ocorria em outros lugares. Para demonstrar a sua afirmação procurava historiar as tentativas de execução de tal empreendimento, e que tiveram início na América portuguesa (depois no Brasil independente), já no século XVI, quando padres jesuítas tentavam instalá-las aqui. O movimento, entretanto, foi desfeito quando o Marquês de Pombal, no século XVIII, decretou a expulsão destes (DA CAS, 1996).

A segunda tentativa de criação de uma Universidade foi estabelecida nos planos da Inconfidência Mineira. As referências são encontradas em vários documentos que fazem parte dos ‘Autos de devassa da Inconfidência Mineira’. Depois essas tentativas se foram sucedendo, sempre sem êxito, toda a vez que um grande acontecimento se registrava na história do país. Com a mudança de sede da monarquia portuguesa, o comércio da Bahia, interessado em que se estabelecesse naquela cidade a sede do governo da metrópole, ofereceu-se para construir o palácio real, reservando, ainda, a soma de 80 contos, considerável naquele tempo, para que

se fundasse ali uma Universidade. Foi a terceira investida. Não aceitou o Príncipe Regente nem uma, nem outra oferta, fazendo-se de velas para o Rio de Janeiro [onde desembarcaria em 1808]¹⁸.

A quarta tentativa ocorreu quando o Brasil foi elevado à categoria de reino, depois de 1808. Mas a proposta foi rejeitada, em 1816, pela Assembléia Constituinte. Segundo Ernesto de Souza Campos as esperanças foram renovadas a partir da Independência. Mas em função de disputas políticas, em torno de onde seria instalada a universidade, novamente o projeto seria silenciado. Para ele iniciava uma ‘vitória incompleta’ quando começaram a serem criadas escolas médicas (uma na Bahia e outra no Rio de Janeiro em 1808), escolas de engenharia e “os cursos jurídicos de São Paulo e Olinda [a 11 de agosto de 1827]”. Segundo ele, apresentava-se, na década de 1840, outros projetos de reformas gerais do ensino, mas todos foram engavetados. Com tantas tentativas, encerrar-se-ia o século XIX com mais de dez, todas desfeitas. Terminada a Monarquia, nos primeiros anos da República nada de significativo alterou a situação. Fato, que segundo este, só se reverteria na década de 1920, quando as primeiras tentativas de criação de universidades foram realmente concretizadas.

No início dos anos 30, com a emenda ‘Roquette Pinto’, exigia-se para a instalação de universidades o agrupamento, ou criação, de pelo menos três escolas superiores, sendo uma das quais, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Na década de 1930, só eram encontradas em São Paulo (com uma na recém criada Universidade de São Paulo) e no Rio de Janeiro (com uma na Universidade do Distrito Federal, e outra na Universidade do Brasil, criada em 1939). Outras foram inauguradas, nos anos 30, mas tiveram vida curta (provavelmente por terem sido empreendimentos privados). Assim, em sua fala lembraria mais a história do ensino superior no Brasil, do que o empreendimento realizado nos anos 30 pelo grupo de ‘O Estado’.

O mesmo caminho foi escolhido por Afonso d’Escragnolle Taunay, em 1939, quando foi o paraninfo da turma de formandos. Para ele:

As velhas faculdades superiores que vieram da colônia, as academias militares de guerra e de marinha, as escolas de medicina e a de belas artes, todas ainda de fundação joanina, desdobraram-se na época imperial como se deu com as faculdades médicas, a separação do ensino da engenharia militar do da civil, a fundação dos cursos jurídicos de São Paulo e Olinda, da Escola de Minas de Ouro Preto.

Veio a República encontrar um aparelhamento de ensino superior constante de um número de órgãos já assaz vultoso e subdividido em diversas especializações.

(...)

A reforma da instrução pública, em 1915, decretada na presidência Wenceslau Braz, sob a inspiração do Ministro Carlos Maximiliano, previa a criação da Universidade do Brasil que só foi levada a efeito em 1924, sob a presidência Epitácio Pessoa.

Mas esta criação nada mais era do que um esboço de regime universitário.

Sob a presidência de Getúlio Vargas, em 1932, caberia ao ministro da educação Dr. Francisco Campos o grande mérito de dar ao nosso ensino superior a organização ora vigente, sob um estatuto que, sem favor algum, é obra obediente a tão sólido critério quanto elevado conhecimento das condições universitárias universais.

(...)

Não era possível, de início, certamente, estabelecer cursos minudentemente especializados como os que constituem os elencos da atividade anual dos aparelhos universitários seculares europeus e notadamente americanos.

Impunham as circunstâncias que os nossos programas abrangessem, sobretudo, as linhas mestras das grandes disciplinas, coordenadas num curso de aperfeiçoamento cultural.¹⁹

O seu discurso incluiria apenas algumas palavras a Fernando de Azevedo, que teria o mérito de incentivar a criação de associações, editoras, bibliotecas e auxiliaria na execução do projeto de criação da Universidade de São Paulo. Não ressaltava nem a participação de Júlio de Mesquita Filho, nem de Armando de Salles Oliveira.

O mesmo faria Adhemar Pereira de Barros, então governador do Estado, em seu discurso de 1940, para a turma de formandos. Nele lembraria que a Faculdade de Filosofia “não foi incorporada à organização universitária de São Paulo por mero embelezamento. Os diferentes cursos que a compõem preparam os moços para as finalidades mais diversas e, ao mesmo tempo, mais necessárias”²⁰. Recordando então a função de qualificação de pessoal para o ensino secundário e para o superior.

Alguns anos depois, o professor André Dreyfus, paraninfo da turma de 1943, iria também lembrar que a Faculdade de Filosofia “visa[va] dois fins principais: preparar professorado de carreira para o ensino secundário e estimular a formação de pesquisadores nos vários campos do saber humano.”²¹

Se, como vimos, os protagonistas do período formularam interpretações diversificadas sobre a origem da instituição, tendo como ponto em comum observarem a centralidade da Faculdade de Filosofia na formação de profissionais para o ensino ‘secundário’ e para o superior, no caso dos alunos formados pela instituição, e que permaneceram nesta como professores, houve uma similitude de pensamento, devido à maneira como foram periodicamente lembradas, nas cerimônias de formatura, as origens e a função da universidade.

A partir deste quadro se verifica que os protagonistas mesmo tendo fins diversos, aproximavam-se sobre a pretensão de construírem uma identidade para a universidade, a partir da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (da Universidade de São Paulo). Ao historiarem o processo que culminaria na criação da universidade, apoiavam-se em suas próprias experiências e nas ações dos grupos que faziam parte. Observavam que a criação de universidades no Brasil tardou, fundamentalmente, em função da sua condição de colônia de Portugal e da sua localização no mercado internacional ser, naquele momento, secundária. Observavam ainda que a função da universidade, nos anos 30, era caracterizada, principalmente, a partir das Faculdades de Filosofia, que organizariam quadros para o ensino secundário e para o superior.

Portanto, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo atravessava, entre as décadas de 1930 e 1950, um período de institucionalização das Ciências Humanas – que foi paralela em outras Faculdades de Filosofia criadas no país e no Estado de São Paulo –, posicionadas nas áreas de Filosofia, Ciências e Letras, em que o uso de instrumentos discursivos e administrativos foi à base para a manutenção de suas seções e subseções²², interna (entre alunos e professores) e externamente (junto à sociedade). As formas de manutenção da instituição, a partir da elaboração de uma ‘memória coletiva’ sobre os acontecimentos que vislumbraram a fundação da Universidade, ocorreram em um período de ‘transição da sociedade brasileira’ (CANO, 1998) e, por isso, as iniciativas receberam diversas interpretações²³. No interior desse processo que ocorreu o desenvolvimento de um currículo mínimo para cada um dos cursos das diversas seções.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

a) Fontes impressas:

Annaes da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Sessão ordinária de 1937. São Paulo: Industria Gráfica Siqueira S. A., 1953, 3v.

USP, FFCL. *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1934-1935.* USP, São Paulo: Empresa Grafica da “Revista dos Tribunaes”, 1937.

USP, FFCL. *Anuário da FFCL., 1936.* USP, São Paulo: Empresa Grafica da “Revista dos Tribunaes”, 1937.

USP, FFCL. *Anuário da FFCL., 1937-1938.* USP, São Paulo: Empresa Grafica da “Revista dos Tribunaes”, 1939.

USP, FFCL. *Anuário da FFCL., 1939-1949.* USP, São Paulo: Seção Gráfica; Industria Gráfica José Magalhães Ltda., 1953, 2v.

USP, FFCL. *Anuário da FFCL., 1950.* USP, São Paulo: Seção Gráfica; Industria Gráfica José Magalhães Ltda., 1952.

USP, FFCL. *Anuário da FFCL., 1951.* USP, São Paulo: Seção Gráfica; Industria Gráfica José Magalhães Ltda., 1953.

USP, FFCL. *Anuário da FFCL., 1952.* USP, São Paulo: Seção Gráfica; Industria Gráfica José Magalhães Ltda., 1954.

b) Referências Bibliográficas.

Livros, artigos e teses

ABREU, Alzira Alves de. (et. al.) *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930 – 2ª edição revista e atualizada* – Rio de Janeiro: Ed. FGV; CPDOC, 2001, 5v., pp. 5.175-180.

ABREU, R. *A fabricação do imortal – memória, história e estratégias de consagração no Brasil.* Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento. A geração 1870 na crise do Brasil-Império.* São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANTUNHA, Heládio C. G. *Universidade de São Paulo: fundação e reforma.* São Paulo: Estudos e Documentos, FE\USP, 1974.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e cultura.* São Paulo: Edusc, 2001.

AZEVEDO, Fernando de. *História de minha vida.* São Paulo: Livraria José Olympio Editôra, 1971.

_____. *A cultura brasileira. Introdução ao estudo da cultura no Brasil.* – 4ª edição revista e ampliada – Brasília: Ed. UNB, 1963.

BALBACHEVISKY, E. *Atos e estratégias institucionais: a profissão acadêmica no Brasil.* São Paulo, 1996. Tese (doutorado em Sociologia), Universidade de São Paulo, São Paulo.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade.* São Paulo: FFCL/USP, 1959 (Boletim, n. 241).

BITTENCOURT, Circe M. F. *Pátria, civilização e trabalho. O ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939).* São Paulo: Edições Loyola, 1990.

- BUENO, Belmira A. B. *Associação de pais e mestres na escola pública do estado de São Paulo (1931-1986)*. São Paulo, 1987. Tese de doutorado em Educação, FE/USP, São Paulo.
- CAMPOS, Ernesto de Souza. *História da Universidade de São Paulo*. São Paulo: USP, 1954.
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Campinas: Ed. UNICAMP. IE, 1998.
- CARDOSO, Irene A. R. *A universidade da comunhão paulista. O projeto de criação da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Cortez, 1982.
- CARELLI, M. *Culturas cruzadas. Intercâmbios culturais entre França e Brasil*. Tradução de Nícia Adan Bonalti. Campinas/São Paulo: Papirus, 1994.
- CERDEIRA, Cleide M. B. *O ensino superior e a mulher: aspectos da presença feminina na Universidade de São Paulo nas décadas de 1930 a 1950*, São Paulo, 2001. Tese (doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- COELHO, Edmundo C. *As profissões imperiais. Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã. Da colônia à era Vargas*. – 2ª edição revista e ampliada – Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
- CUNHA, Marcus Vinícius da. *Indivíduo e sociedade no ideário escolanovista (Brasil: 1930-1960)*. São Paulo, 1992. Tese de doutorado em Educação, FE/USP, São Paulo.
- DA CÁS, Danilo. *História da universidade brasileira: a universidade de fato*. Marília, 1996. Tese de doutorado, FFC/UNESP, Marília.
- FAUSTO, B. *A revolução de 1930. História e historiografia*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- FERREIRA, Antônio Celso. *A epopéia bandeirante. Letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Edunesp, 2002.
- FREITAS, Sônia M. *Reminiscências*. São Paulo: Maltese, 1993.
- GOMES, Ângela de Castro. A escola republicana: entre luzes e sombras. In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLF, Dulce C. & ALBERT, Verena (org.) *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; CPDOC, 2002, pp. 384-437.
- HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Império brasileiro*. São Paulo: Ed. Grijalbo; Edusp, 1972.
- HALBAWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- LIMONGI, Fernando. Mentores e clientela da Universidade de São Paulo. In: MICELI, Sérgio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989, 2v., pp. 111-187.
- _____. A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo. In: MICELI, Sérgio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989, 2v., pp. 217-233.
- _____. *Educadores e empresários culturais na construção da USP*. Campinas, 1988. Dissertação de mestrado em História, IFCH/UNICAMP, Campinas.

MATE, Cecília Hanna. *Tempos modernos na escola. Os anos 30 e a racionalização da educação brasileira*. Bauru: Edusc; Brasília: INEP, 2002.

MESQUITA FILHO, Júlio. *A crise nacional. Reflexões em torno de uma Data*. São Paulo: Seção de Obras de O ESP, 1925.

_____. *Política e cultura*. São Paulo: Martins, 1969.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MICELI, Sérgio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989, 2v.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974). Pontos de partida para uma revisão histórica – 9ª edição – São Paulo: Ática, 2000.*

NADAI, Elza. *A educação como apostolado: história e reminiscências (São Paulo, 1930-1970)*. São Paulo, 1991. Tese de livre docência em Educação, FE/USP, São Paulo.

_____. *Ideologia do progresso e ensino superior: São Paulo, 1891-1934*. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

NUNES, Maria Thétis. *Ensino secundário e sociedade brasileira*. Sergipe: Ed. UFS, 2001.

PRADO, Maria Lígia Coelho. *A ideologia liberal de 'O Estado de São Paulo' (1932-1937)*. São Paulo, 1974. Dissertação de mestrado em História, FFLCH/USP, São Paulo.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. *Matrizes da modernidade republicana: cultura política e pensamento educacional no Brasil*. São Paulo: Ed. Autores Associados; Ed. Plano, 2004.

SAWAIA, P. *Esboço histórico da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1934-1969*. São Paulo: USP, 1979.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet & COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra; Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SCHWARTZMAN, Simon. *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Rio de Janeiro: Financiadora de Estudos e Projetos, 1979.

_____. (org.) *Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro*. Brasília: CNPq, 1982.

TANURI, Leonor M. *A escola normal no estado de São Paulo no período da 1ª República*. Marília, 1973. Tese de doutorado, FFC/UNESP, Marília.

TRIGO, Maria H. B. *Espaços e tempos vividos: estudo sobre os códigos de sociabilidade e relações de gênero na Faculdade de Filosofia da USP (1934-1970)*. São Paulo, 1997. Tese de doutorado, USP, São Paulo.

* Versão reformulada de parte do primeiro capítulo de dissertação de mestrado em História intitulada: *A institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1934-1956*, sob orientação do Prof. Dr. Ivan Aparecido Manoel. A pesquisa foi financiada pela CAPES. Gostaria aqui de agradecer a Prof.^a Dr.^a Márcia Regina Capelari Naxara, ao Prof. Dr. José Luís Sanfelice, ao Prof. Dr. Jean Marcel Carvalho França e ao Prof. Dr. Nelson Schapochnik as sugestões e críticas, que dentro do possível foram incorporadas a essa versão.

** Mestre em História pela Unesp, Campus de Franca. Professor do departamento de História da UEMS, Campus de Amambai. É também coordenador do curso de História da UEMS/Amambai.

- ¹ Dentre os quais: AZEVEDO, 1971; AZEVEDO, 1963; MESQUITA FILHO, 1969. Para uma análise do contexto social em que essas idéias foram pensadas e implantadas ver: MATE, 2002; ROCHA, 2004. Para uma análise detalhada a respeito do movimento da 'escola nova' ver: CUNHA, 1992. Para uma análise de 'O Estado de S. Paulo' neste período ver: PRADO, 1974. E para um estudo a respeito das discussões do grupo 'd'O Estado' com o grupo 'da escola nova' ver: CARDOSO, 1982; LIMONGI, 1988.
- ² Para Maurice Halbwachs, a 'memória coletiva' resultaria de um quadro histórico de uma época, porque é uma construção social que dá sentido a identidade de um grupo de pessoas. Ao mesmo tempo em que estariam limitadas as circunstâncias sociais dessa época. Por isso entenderiam aquela história rememorada como 'real'. Esses atores sociais, por isso, seriam resultados e resultantes daquela atmosfera psicológica que construiu suas personalidades individuais. HALBAWACHS, 1990.
- ³ Para maiores detalhes sobre o tema ver: CAMPOS, 1954; NADAI, 1987; SAWAIA, 1979; ADORNO, 1988; BALBACHEVSKY, 1996; BARROS, 1959.
- ⁴ Entre os vários autores que discutiram o assunto ver, entre outros: CUNHA, 1986; NADAI, 1987; SCHWARTZMAN, 1979; ALONSO, 2002; BARROS, 1959; COELHO, 1999; HAIDAR, 1972; IGLÉSIAS, 2000.
- ⁵ Oração do paraninfo Júlio de Mesquita Filho In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras 1936, 1937*, pp. 198-206; Discurso do paraninfo Júlio de Mesquita Filho. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1939-1949*, 2v., 1953, pp. 273-283; Discurso do paraninfo prof. dr. Fernando de Azevedo. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1950, 1952*, pp. 56-70.
- ⁶ Nasceu em 24 de dezembro de 1887 na cidade de São Paulo. Filho de comerciante português, também envolvido com o negócio de exportação de café. Fez seus estudos primários e secundários na Capital do Estado, fazendo em seguida o curso de engenharia civil na Escola Politécnica de São Paulo. A partir de 1908, com a morte dos pais, trabalhou em vários projetos, com a construção de trechos da Mojiana. Destacava-se como engenheiro e empresário, quando do casamento com Raquel de Mesquita, filha de Júlio de Mesquita, com quem fez sociedade em *O Estado de S. Paulo*. Lá conheceu Júlio de Mesquita Filho, Fernando de Azevedo e Rangel Pestana. Antes de se tornar interventor do Estado (entre 1933 e 1936), foram interventores: João Alberto Lins de Barros (que permaneceu entre novembro de 1930 até 13/6/1931), Laudo Ferreira de Camargo (que ficou até 13/11/1931), Manuel Rabelo (até o final de 1931), Pedro de Toledo (nomeado em 2/3/1932 permaneceu até o início de 1933). Entre o final de 1932 e início de 1933 foram solicitadas eleições para o Estado, mas permaneceram inexistentes em função da pressão militar. Quando ocorreu a saída de Pedro Toledo ficou no seu lugar Valdomiro Lima ligado a "Chapa única por São Paulo Único". Em 14 de julho Valdomiro Lima foi exonerado do cargo, substituindo-o Manuel de Cerqueira Daltro Filho. A 17 de agosto de 1933, devido as pressões partidárias do Estado, Armando de Salles Oliveira era nomeado por Getúlio Vargas como interventor do Estado. Para maiores detalhes: ABREU, Alzira Alves de. (et. al.) *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930* – 2ª edição revista e atualizada – Rio de Janeiro: Ed. FGV; CPDOC, 2001, 5v., pp. 5.175-180.
- ⁷ Segundo Irene Cardoso: " 'Grupo do Estado' corresponde à prática política do *partido*, partido que faz aliança com o P.D., mas não se confunde com ele; que se alia à Aliança Liberal e, nessa condição, é chamado a participar do 'secretariado do P.D.' (Plínio Barreto); que tem um seu representante (ainda Barreto) indicado para a interventoria em São Paulo, por João Alberto; que tem um representante novamente indicado e, desta vez, aceito, para a interventoria (Armando de Salles Oliveira); que assume o governo constitucional de São Paulo (A. S. O.); que lidera a formação do Partido Constitucionalista e que lança a candidatura de um seu representante para a Presidência da República (A. S. O.); que participa da União Democrática Brasileira (...) O 'grupo do Estado' é dissidência do P.R.P. de que se afasta por não se ver representado, ao lado do P.D., também dissidência (...) o Partido Constitucionalista e a União Democrática Brasileira, partidos institucionalizados dentro da estrutura partidária, não são a mera expressão do 'grupo do Estado', constituem alianças feitas sob a liderança efetiva dele." CARDOSO, Irene A. R. *Op. cit.*, 1982, p. 45.
- ⁸ Muitos outros autores têm chamado atenção para esse ponto: MATE, 2002; ROCHA, 2004; CUNHA, 1992; PRADO, 1974; LIMONGI, 1988.
- ⁹ Oração do paraninfo Júlio de Mesquita Filho In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras 1936, 1937*, pp. 198-206
- ¹⁰ Discurso do paraninfo prof. dr. Fernando de Azevedo. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1950, 1952*, pp. 56-70.

-
- ¹¹ Armando de Salles Oliveira. In: *Annaes da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Sessão ordinária de 1937*. São Paulo: Industria Gráfica Siqueira S. A., 1953, v.1, p. 985 e 992.
- ¹² Discurso pronunciado no Theatro Municipal de Belo Horizonte, em 16 de agosto de 1937. In: *Annaes da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Sessão ordinária de 1937*. São Paulo: Industria Gráfica Siqueira S. A., 1953, v.1, p. 993-94.
- ¹³ Alfredo Ellis Júnior. 25ª sessão ordinária em 9 de agosto de 1937. In: *Annaes da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Sessão ordinária de 1937*. São Paulo: Industria Gráfica Siqueira S. A., 1953, v.1, p. 531.
- ¹⁴ Alfredo Ellis Júnior. Leitura da carta 'Os estagiarios' na 28ª sessão ordinária em 12 de agosto de 1937. In: *Annaes da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Sessão ordinária de 1937*. São Paulo: Industria Gráfica Siqueira S. A., 1953, v.1, p. 604.
- ¹⁵ Alfredo Ellis Júnior. 14ª sessão ordinária em 27 de julho de 1937. In: *Annaes da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Sessão ordinária de 1937*. São Paulo: Industria Gráfica Siqueira S. A., 1953, v.1, p. 320.
- ¹⁶ Oração do paraninfo Ernesto de Souza Campos. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1939-1949*, 2v., 1953, p. 190.
- ¹⁷ Oração do paraninfo Ernesto de Souza Campos. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1939-1949*, 2v., 1953, p. 191-92.
- ¹⁸ Oração do paraninfo Ernesto de Souza Campos. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1939-1949*, 2v., 1953, p. 198.
- ¹⁹ Discurso do professor Afonso d'Escragnolle Taunay, paraninfo da turma de 1939. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1939-1949*, 2v., 1953, pp. 224 e 226-7.
- ²⁰ Discurso do Dr. Adhemar Pereira de Barros, paraninfo da turma de 1940. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1939-1949*, 2v., 1953, p. 242.
- ²¹ Discurso do professor André Dreyfus, paraninfo da turma de 1943. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1939-1949*, 2v., 1953, p. 250.
- ²² FREITAS, Sonia Maria de. *Op. cit*, 1993. Embora a autora não analise os discursos de paraninfos e oradores de turma, entre as décadas de 1930 e 1950, para compreender a diversidade de interpretações sobre a fundação da Universidade de São Paulo que haviam sido incorporadas por ex-alunos e professores, a sua pesquisa contribui para revelar justamente a forma como ocorre a transmissão e assimilação da 'memória coletiva' de um grupo para outro.
- ²³ A construção desta 'memória coletiva' foi também ensejada por uma parte dos intérpretes da história da instituição. Ernesto de Souza Campos ao procurar historiar o processo de construção da Universidade de São Paulo procurou desenvolver os caminhos percorridos pela intelectualidade paulista. Diferente de sua oração como paraninfo, aqui o autor demonstrava a participação do grupo de 'O Estado de S. Paulo' e de Fernando de Azevedo, e o grupo da 'Escola Nova'. CAMPOS, Ernesto de Souza. *História da Universidade de São Paulo*. São Paulo: USP, 1954. Heládio Antunha em sua tese de livre docência sobre a história da universidade procurava historiar os caminhos trilhados pela intelectualidade paulista para alcançarem a meta de construção de uma universidade no Estado. ANTUNHA, Heládio C. G. *Universidade de São Paulo: fundação e reforma*. São Paulo: Estudos e Documentos, FEUSP, 1974. Diferente destes, Simon Schwartzman, que não teve sua formação enraizada na Universidade de São Paulo, acabava também por concordar com as linhas gerais daquele relato que delineava a fundação e os objetivos da instituição, como uma forma de recuperar a hegemonia perdida pelo Estado de São Paulo. SCHWARTZMAN, Simon. Universidade, Ciência e Desenvolvimento. *Revista Dados*, São Paulo, n. 19, 1978. Nesse sentido, pode-se observar a força e os prolongamentos daquela 'memória coletiva' construída sobre a instituição entre os anos 1930 e 50. Evidentemente esse relato já foi consideravelmente revisto pela historiografia, como discorrem os trabalhos de: PRADO, Maria Ligia. *Op. cit*, 1974; CARDOSO, Irene. *Op. cit*, 1982; NADAI, Elza. *Op. cit*, 1987; LIMONGI, Fernando. *Op. cit*, 1988; FREITAS, Sônia. *Op. cit*, 1993. Todavia, até aqui nenhum trabalho procurava historiar a construção daquele relato fundador sobre a história da instituição.